



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 1082232 - MG (2026/0102796-6)

RELATOR : MINISTRO MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE : JOAQUIM JOSE RODRIGUES NETO
ADVOGADO : RUBEN PEREIRA SOARES NETO - RJ261967
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO

EMENTA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E CULTIVO DE *CANNABIS SATIVA* PARA FINS MEDICINAIS. PEDIDO DE SALVO-CONDUTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA INSUFICIENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que denegou a ordem de *habeas corpus* em que se pretendia salvo-conduto para impedir atuação de autoridades policiais em razão da importação de sementes, plantio, cultivo doméstico e utilização de *Cannabis sativa* para tratamento medicinal.
2. Fato relevante. O agravante, portador de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de ansiedade generalizada e insônia crônica, afirma ter indicação de tratamento com *cannabis* medicinal, pleiteando autorização judicial para o autocultivo, com fundamento na alegada imprescindibilidade terapêutica.
3. Decisão anterior. A decisão agravada entendeu ausente prova pré-constituída do preenchimento dos requisitos necessários à concessão do salvo-conduto, notadamente quanto à capacidade técnica do requerente para manejo e extração artesanal dos produtos, à documentação médica e técnica exigida e à observância das normas da ANVISA.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão: (i) saber se é possível a concessão de salvo-conduto para importação de sementes e cultivo doméstico de *Cannabis sativa* para fins medicinais na ausência de prova pré-constituída, idônea e atualizada, dos requisitos cumulativos relativos à capacidade técnica do requerente, à indicação e imprescindibilidade do tratamento, à adequação e quantidade do cultivo e às normas sanitárias aplicáveis; e (ii) saber se o agravo regimental apresentou argumentos novos aptos a infirmar os fundamentos da decisão monocrática que indeferiu a ordem.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. O órgão julgador reafirma que, em agravo regimental, incumbe ao recorrente demonstrar a inadequação da decisão agravada, o que não ocorreu, pois os argumentos

reproduzem a tese já apreciada, sem infirmar a conclusão de ausência de prova pré-constituída.

6. Ressalta-se que a Primeira Seção, em Incidente de Assunção de Competência no REsp n. 2.024.250/PR, ao enfrentar a questão da *Cannabis* sob a perspectiva do Direito Administrativo, reconheceu a necessidade de regulamentação específica pela ANVISA e pela União e limitou, no plano sanitário, a autorização para plantio, cultivo, industrialização e comercialização de cânhamo industrial (Hemp) a pessoas jurídicas e para fins exclusivamente medicinais e/ou farmacêuticos, o que reforça a excepcionalidade e a necessidade de rigor probatório em pedidos de salvo-conduto a pessoas físicas.

7. Embora se reconheça a inércia regulamentar histórica do Poder Público e o impacto disso no acesso de pacientes a tratamento qualificado, destaca-se que já foi determinado prazo para edição de regulamentação sanitária pela ANVISA e pela União, bem como se verifica movimento administrativo de atualização da RDC n. 327/2019, o que sinaliza alteração iminente do contexto normativo, mas não autoriza, no presente momento, flexibilização dos requisitos mínimos de segurança.

8. Define-se que, ao acionar a jurisdição criminal para obter salvo-conduto à importação de sementes de *Cannabis sativa* e ao cultivo caseiro do vegetal, o requerente deve comprovar cumulativamente, por prova documental pré-constituída: (a) capacidade técnica para manejo e extração artesanal dos produtos a partir das plantas; (b) autorização especial da ANVISA para importação excepcional de produtos derivados de *Cannabis*, válida e em conformidade com a RDC n. 660/2022; (c) prescrição médica emitida por profissional habilitado, com todos os requisitos formais exigidos pela RDC n. 660/2022; (d) laudo médico, subscrito por especialista responsável pelo acompanhamento contínuo, que detalhe o histórico clínico, demonstre fundamentadamente a eficácia, segurança e imprescindibilidade do tratamento à base de *Cannabis* e a ineficácia dos tratamentos convencionais; (e) laudo técnico de engenheiro agrônomo que quantifique, de forma compatível com a prescrição, sementes e plantas necessárias ao tratamento; e (f) comprovação de incapacidade financeira para custear a importação e aquisição do medicamento industrializado.

9. Enfatiza-se que tais requisitos visam tutelar a saúde do paciente e a segurança da coletividade, em consonância com o dever estatal de proteção da saúde pública, de modo que sua comprovação integral é pressuposto para eventual concessão de salvo-conduto.

10. No caso concreto, verifica-se que o agravante apresentou apenas certificado de “curso de cultivo e extração – avançado”, realizado on-line, com carga horária de 20 horas, documento considerado manifestamente insuficiente para atestar capacidade técnica mínima para extração da substância terapêutica da *Cannabis sativa* com precisão de dosagem e segurança.

11. Assenta-se que cursos de baixa carga horária, em modalidade exclusivamente on-line e sem demonstração de conteúdo programático ministrado por entidade com reconhecimento ou credenciamento perante a ANVISA, não são aptos a comprovar a expertise necessária para procedimentos técnicos sensíveis, que usualmente demandam formação profissional específica nas áreas de saúde ou ciências afins.

12. Conclui-se que a documentação acostada não confere segurança suficiente ao deferimento do salvo-conduto, pois não demonstra, por meio de prova pré-constituída, o preenchimento dos requisitos exigidos pela jurisprudência para afastar a incidência da legislação penal de drogas.

13. Diante da ausência de comprovação adequada e da inexistência de argumentos novos no agravo regimental, mantém-se a decisão monocrática por seus próprios fundamentos, afastando-se a possibilidade de concessão da ordem, ainda que de ofício.

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Resultado do Julgamento: Agravo regimental desprovido.

Tese de julgamento:

1. A concessão de salvo-conduto para importação de sementes e cultivo doméstico de *Cannabis sativa* para fins medicinais exige prova pré-constituída, idônea e atualizada, do preenchimento cumulativo de requisitos relativos à capacidade técnica do requerente, à indicação e imprescindibilidade do tratamento, à adequação e quantidade do cultivo e à

observância das normas sanitárias da ANVISA.

2. Curso on-line de baixa carga horária, desacompanhado de outros elementos técnicos e institucionais idôneos, não é suficiente para comprovar a capacidade técnica necessária ao manejo e à extração artesanal de produtos de *Cannabis sativa* com segurança terapêutica.

3. A ausência de comprovação documental integral dos requisitos estabelecidos pela jurisprudência inviabiliza a concessão de salvo-conduto para cultivo de *Cannabis sativa* para fins medicinais em sede de *habeas corpus*.

4. O agravo regimental deve trazer argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos da decisão agravada, sob pena de manutenção desta por seus próprios fundamentos.

Dispositivos relevantes citados:

RDC ANVISA n. 660/2022; RDC ANVISA n. 327/2019.

Jurisprudência relevante citada:

STJ, Incidente de Assunção de Competência no REsp n. 2.024.250/PR, Primeira Seção, julgado em 13.11.2024.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 28/05/2026 a 03/06/2026, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Maria Marluce Caldas, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 03 de junho de 2026.

Ministro Messod Azulay Neto
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 1082232 - MG(2026/0102796-6)

RELATOR : MINISTRO MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE : JOAQUIM JOSE RODRIGUES NETO
ADVOGADO : RUBEN PEREIRA SOARES NETO - RJ261967
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO

EMENTA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E CULTIVO DE *CANNABIS SATIVA* PARA FINS MEDICINAIS. PEDIDO DE SALVO-CONDUTO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA INSUFICIENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que denegou a ordem de *habeas corpus* em que se pretendia salvo-conduto para impedir atuação de autoridades policiais em razão da importação de sementes, plantio, cultivo doméstico e utilização de *Cannabis sativa* para tratamento medicinal.
2. Fato relevante. O agravante, portador de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de ansiedade generalizada e insônia crônica, afirma ter indicação de tratamento com *cannabis* medicinal, pleiteando autorização judicial para o autocultivo, com fundamento na alegada imprescindibilidade terapêutica.
3. Decisão anterior. A decisão agravada entendeu ausente prova pré-constituída do preenchimento dos requisitos necessários à concessão do salvo-conduto, notadamente quanto à capacidade técnica do requerente para manejo e extração artesanal dos produtos, à documentação médica e técnica exigida e à observância das normas da ANVISA.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão: (i) saber se é possível a concessão de salvo-conduto para importação de sementes e cultivo doméstico de *Cannabis sativa* para fins medicinais na ausência de prova pré-constituída, idônea e atualizada, dos requisitos cumulativos relativos à capacidade técnica do requerente, à indicação e imprescindibilidade do tratamento, à adequação e quantidade do cultivo e às normas sanitárias aplicáveis; e (ii) saber se o agravo regimental apresentou argumentos novos aptos a infirmar os fundamentos da decisão monocrática que indeferiu a ordem.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. O órgão julgador reafirma que, em agravo regimental, incumbe ao recorrente demonstrar a inadequação da decisão agravada, o que não ocorreu, pois os argumentos reproduzem a tese já apreciada, sem infirmar a conclusão de ausência de prova pré-constituída.

6. Ressalta-se que a Primeira Seção, em Incidente de Assunção de Competência no REsp n. 2.024.250/PR, ao enfrentar a questão da *Cannabis* sob a perspectiva do Direito Administrativo, reconheceu a necessidade de regulamentação específica pela ANVISA e pela União e limitou, no plano sanitário, a autorização para plantio, cultivo, industrialização e comercialização de cânhamo industrial (Hemp) a pessoas jurídicas e para fins exclusivamente medicinais e/ou farmacêuticos, o que reforça a excepcionalidade e a necessidade de rigor probatório em pedidos de salvo-conduto a pessoas físicas.

7. Embora se reconheça a inércia regulamentar histórica do Poder Público e o impacto disso no acesso de pacientes a tratamento qualificado, destaca-se que já foi determinado prazo para edição de regulamentação sanitária pela ANVISA e pela União, bem como se verifica movimento administrativo de atualização da RDC n. 327/2019, o que sinaliza alteração iminente do contexto normativo, mas não autoriza, no presente momento, flexibilização dos requisitos mínimos de segurança.

8. Define-se que, ao acionar a jurisdição criminal para obter salvo-conduto à importação de sementes de *Cannabis sativa* e ao cultivo caseiro do vegetal, o requerente deve comprovar cumulativamente, por prova documental pré-constituída: (a) capacidade técnica para manejo e extração artesanal dos produtos a partir das plantas; (b) autorização especial da ANVISA para importação excepcional de produtos derivados de *Cannabis*, válida e em conformidade com a RDC n. 660/2022; (c) prescrição médica emitida por profissional habilitado, com todos os requisitos formais exigidos pela RDC n. 660/2022; (d) laudo médico, subscrito por especialista responsável pelo acompanhamento contínuo, que detalhe o histórico clínico, demonstre fundamentadamente a eficácia, segurança e imprescindibilidade do tratamento à base de *Cannabis* e a ineficácia dos tratamentos convencionais; (e) laudo técnico de engenheiro agrônomo que quantifique, de forma compatível com a prescrição, sementes e plantas

necessárias ao tratamento; e (f) comprovação de incapacidade financeira para custear a importação e aquisição do medicamento industrializado.

9. Enfatiza-se que tais requisitos visam tutelar a saúde do paciente e a segurança da coletividade, em consonância com o dever estatal de proteção da saúde pública, de modo que sua comprovação integral é pressuposto para eventual concessão de salvo-conduto.

10. No caso concreto, verifica-se que o agravante apresentou apenas certificado de “curso de cultivo e extração – avançado”, realizado on-line, com carga horária de 20 horas, documento considerado manifestamente insuficiente para atestar capacidade técnica mínima para extração da substância terapêutica da *Cannabis sativa* com precisão de dosagem e segurança.

11. Assenta-se que cursos de baixa carga horária, em modalidade exclusivamente on-line e sem demonstração de conteúdo programático ministrado por entidade com reconhecimento ou credenciamento perante a ANVISA, não são aptos a comprovar a expertise necessária para procedimentos técnicos sensíveis, que usualmente demandam formação profissional específica nas áreas de saúde ou ciências afins.

12. Conclui-se que a documentação acostada não confere segurança suficiente ao deferimento do salvo-conduto, pois não demonstra, por meio de prova pré-constituída, o preenchimento dos requisitos exigidos pela jurisprudência para afastar a incidência da legislação penal de drogas.

13. Diante da ausência de comprovação adequada e da inexistência de argumentos novos no agravo regimental, mantém-se a decisão monocrática por seus próprios fundamentos, afastando-se a possibilidade de concessão da ordem, ainda que de ofício.

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Resultado do Julgamento: Agravo regimental desprovido.

Tese de julgamento:

1. A concessão de salvo-conduto para importação de sementes e cultivo doméstico de *Cannabis sativa* para fins medicinais exige prova pré-constituída, idônea e atualizada, do preenchimento cumulativo de requisitos relativos à capacidade técnica do requerente, à indicação e imprescindibilidade do tratamento, à adequação e quantidade do cultivo e à observância das normas sanitárias da ANVISA.

2. Curso on-line de baixa carga horária, desacompanhado de outros elementos técnicos e institucionais idôneos, não é suficiente para comprovar a capacidade técnica necessária ao manejo e à extração artesanal de produtos de *Cannabis sativa* com segurança terapêutica.

3. A ausência de comprovação documental integral dos requisitos estabelecidos pela

jurisprudência inviabiliza a concessão de salvo-conduto para cultivo de *Cannabis sativa* para fins medicinais em sede de *habeas corpus*.

4. O agravo regimental deve trazer argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos da decisão agravada, sob pena de manutenção desta por seus próprios fundamentos.

Dispositivos relevantes citados:

RDC ANVISA n. 660/2022; RDC ANVISA n. 327/2019.

Jurisprudência relevante citada:

STJ, Incidente de Assunção de Competência no REsp n. 2.024.250/PR, Primeira Seção, julgado em 13.11.2024.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental, interposto JOAQUIM JOSE RODRIGUES NETO, contra decisão monocrática que denegou a ordem de *habeas corpus* (fls. 95-100).

O agravante sustenta a necessidade de concessão de salvo-conduto tendo em vista a imprescindibilidade do tratamento à base de *Cannabis sativa*, argumentando que —é portador dos CID's das seguintes patologias: - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, CID 10 F90.0 - Transtorno de Ansiedade Generalizada, CID 10 F41.1 - Insônia Crônica, CID 10 G47, tendo o seu médico-assistente indicado tratamento medicamentoso com cannabis medicinal, produtos indicados na receita— (fl. 105).

Requer, ao final, a reconsideração da decisão objurgada, ou, em caso de entendimento diverso, a submissão ao colegiado.

Por manter a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos, submeto o agravo regimental à apreciação da Quinta Turma.

É o relatório.

VOTO

No agravo regimental, o recorrente deve apresentar argumentos capazes de infirmar a decisão agravada, sob pena de que esta seja mantida por seus próprios fundamentos.

Na hipótese, não verifico razões capazes de alterar a compreensão anteriormente firmada, pois, conforme restou consignado na decisão monocrática

combatida, entendendo que não restou demonstrado por meio de prova pré-constituída que os requisitos exigidos para a concessão do pedido tenham sido devidamente preenchidos.

Inicialmente, lembro que a matéria, embora afetada à Terceira Seção desta Corte, pelo menos até agora, não foi apreciada na perspectiva da sistemática dos recursos repetitivos. O entendimento firmado naquela oportunidade não carregou consigo efeito vinculante. E não parece madura, assim como não parecia naquela oportunidade, suficiente para gerar uma padronização decisória em todo país.

Registro, ainda, que, recentemente, em 13 de novembro de 2024, em sede de Incidente de Assunção de Competência no Resp n. 2.024.250/PR, os Ministros da Primeira Seção enfrentaram a questão da *Cannabis sativa*, sob o enfoque do Direito Administrativo, oportunidade em que foram fixadas as seguintes teses:

"1. Nos termos dos arts. 1º, parágrafo único, e 2º, caput, da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), não pode ser considerado proscrito o cânhamo industrial (Hemp), variedade da Cannabis com teor de Tetrahydrocannabinol (THC) inferior a 0,3%, porquanto inapto à produção de drogas, assim entendidas substâncias psicotrópicas capazes de causar dependência;

2. De acordo com a Convenção Única sobre Entorpecentes (Decreto n. 54.216/1964) e a Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), compete ao Estado brasileiro estabelecer a política pública atinente ao manejo e ao controle de todas as variedades da Cannabis, inclusive o cânhamo industrial (Hemp), não havendo, atualmente, previsão legal e regulamentar que autorize seu emprego para fins industriais distintos dos medicinais e/ou farmacêuticos, circunstância que impede a atuação do Poder Judiciário;

3, À vista da disciplina normativa para os usos médicos e/ou farmacêuticos da Cannabis, as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (Portaria SVS/MS n. 344/1998 e RDC n. 327/2019) proibindo a importação de sementes e o manejo doméstico da planta devem ser interpretadas de acordo com as disposições da Lei n. 11.343/2006, não alcançando, em consequência, a variedade descrita no item I (cânhamo industrial - Hemp), cujo teor de THC é inferior a 0,3%;

4. É lícita a concessão de autorização sanitária para plantio, cultivo, industrialização e comercialização do cânhamo industrial (Hemp) por pessoas jurídicas, para fins exclusivamente medicinais e/ou farmacêuticos atrelados à proteção do direito à saúde, observada a regulamentação a ser editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e pela União, no âmbito de suas respectivas atribuições, no prazo de 06 (seis) meses, contados da publicação deste acórdão; e

5. Incumbe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e à União, no exercício da discricionariedade administrativa, avaliar a adoção de diretrizes destinadas a obstar o desvio ou a destinação indevida das sementes e das plantas (e. g. rastreabilidade genética, restrição do cultivo a determinadas áreas, eventual necessidade de plantio indoor ou limitação quantitativa de produção nacional), bem como para garantir a idoneidade das pessoas jurídicas habilitadas a exercerem tais atividades (e. g. cadastramento prévio, regularidade fiscal/trabalhista, ausência de anotações criminais dos responsáveis técnicos/administrativos e demais empregados), sem prejuízo de outras medidas para preservar a segurança na respectiva cadeia produtiva e/ou comercial."

Na oportunidade, a autorização sanitária se restringiu , conforme expressamente consignado pela Primeira Seção, a pessoas jurídicas, excluindo-se, portanto, a possibilidade de concessão de autorização sanitária para a importação de sementes, cultivo e comercialização de cânhamo industrial (Hemp), variedade da planta *Cannabis Sativa L.* com alta concentração de CBD e baixo teor de THC (inferior a 0,3%), a pessoas físicas.

Ao enfrentar a matéria, restou reconhecida a inércia regulamentar do Poder Público acerca do cultivo e comercialização da *Cannabis* no Brasil, o que gera um impacto negativo no acesso de pacientes ao tratamento qualificado de suas patologias. Assim, foi determinado o prazo de 06 (seis) meses – o qual se finda em maio de 2025 - para que a ANVISA e a União editem regulamentação para a concessão de autorização sanitária para plantio, cultivo, industrialização e comercialização do cânhamo industrial por pessoas jurídicas para fins exclusivamente medicinais.

É inegável, portanto, que houve um avanço administrativo em relação à matéria, o qual, inclusive, é o cerne da discussão que embasou o entendimento majoritário firmado pela Terceira Seção, que diante da omissão estatal em regulamentar o plantio da *Cannabis sativa* para uso medicinal, vislumbrou a possibilidade de concessão de salvo-conduto pela justiça criminal para garantir que pessoas físicas pudessem importar sementes de maconha e cultivá-las em suas residências com a finalidade de terem acesso ao tratamento terapêutico por elas almejado.

A regulamentação da matéria pelas autoridades competentes, a qual está próxima de se efetivar, diante da determinação realizada por esta Corte e do próprio movimento interno da ANVISA de atualizar a regulamentação da RDC 327/2019, que prevê as regras para que produtos à base de *Cannabis* possam ser autorizados no país e vendidos no varejo farmacêutico, ensejará inegavelmente uma alteração no contexto fático-jurídico apto a justificar um novo enfrentamento da matéria oportunamente.

De outro lado, atento ao que foi decidido pela Terceira Seção e dos critérios jurisprudenciais que vem sendo adotados para a concessão de salvo-conduto, há questões que merecem ser detidamente analisadas de forma individualizada no caso concreto, a fim de garantir à sociedade a segurança jurídica necessária, pilar do Estado Democrático de Direito.

Ao acionar a justiça criminal com a finalidade de pleitear o salvo-conduto para a importação de sementes de *Cannabis sativa* e o cultivo caseiro do vegetal, incumbe ao requerente comprovar por meio de documentos: a) possuir capacidade técnica para manejo e extração artesanal dos produtos a partir das plantas; b) autorização especial da ANVISA para importação excepcional de produtos derivados de *Cannabis*, respeitando-se o prazo de validade constante no documento, nos termos da RDC n. 660/2022 da ANVISA; c) prescrição de receita médica emitida por profissional habilitado que realize o acompanhamento do paciente, devendo conter o nome do paciente e do produto, posologia, data, assinatura e número do registro profissional do prescritor em seu conselho de classe, conforme determina a RDC n. 660/2022 da ANVISA; d) laudo médico emitido por profissional especializado que faça o acompanhamento contínuo do paciente, no qual contenha o seu histórico médico detalhado, bem como atestando fundamentadamente a eficácia do medicamento para o tratamento da patologia, sua segurança, inexistência de fármacos similares que sejam fornecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS - e a demonstração da imprescindibilidade clínica do tratamento à base de *Cannabis*, indicando quais tratamentos convencionais já foram realizados e que não tiveram sucesso no caso específico do paciente; e) laudo técnico firmado por engenheiro agrônomo detalhando a quantidade de sementes e plantas necessárias anualmente para o tratamento indicado, o qual deve ser devidamente assinado, datado e estar em consonância com a prescrição médica apresentada, e f) comprovação da incapacidade financeira de custear a importação e aquisição do medicamento prescrito em sua versão já industrializada.

A comprovação de todos os requisitos, cumulativamente, é indispensável para garantir a segurança do próprio paciente e da sociedade, uma vez que é dever do Estado tutelar a saúde pública.

A necessidade de comprovação de aptidão técnica para o manuseio e extração artesanal da *Cannabis sativa* é imprescindível, não sendo suficiente a juntada de certificado de realização de curso sobre técnicas de plantio e cultivo de *Cannabis* em modalidade unicamente online, com duração incompatível com a *expertise* necessária para a realização desse tipo de procedimento técnico e sem a indicação de um conteúdo programático ministrado por entidades que possuam reconhecimento ou credenciamento junto à ANVISA.

Não é crível que um curso de baixa carga horária possa conferir ao interessado a capacidade técnica necessária para extrair da planta a substância medicamentosa e com precisão de dosagem, especialmente ao se ponderar que médicos, farmacêuticos e bioquímicos se dedicam e estudam por anos para adquirirem formação profissional capaz de conferir a segurança necessária para lidar com este tipo de demanda.

Da mesma forma, o laudo médico deve ser assinado por um profissional especializado no tipo específico de patologia que acomete o paciente, bem como que seja o responsável por seu acompanhamento por um período mínimo necessário ao conhecimento de seu histórico e das consequências médicas acarretadas por outros tratamentos realizados com fármacos tradicionais e que não tenham atingido o objetivo terapêutico, o que deve estar detalhado e especificado em laudo atualizado.

Na hipótese dos autos, verifico que o impetrante juntou aos autos certificado de "CURSO DE CULTIVO E EXTRAÇÃO - AVANÇADO", na modalidade on-line, emitido pela SBEC com carga horária de 20 (vinte) horas; sendo o documento insuficiente para comprovar que o agravante possua a capacidade técnica mínima necessária para a extração da substância terapêutica da *Cannabis sativa* (fls. fl. 35).

Entendo que a documentação acostada aos autos não traz a segurança necessária ao deferimento do pedido e não pode ser considerada suficiente para demonstrar por meio de prova pré-constituída as alegações apresentadas.

Nesse sentido:

"DIREITO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E CULTIVO DE CANNABIS SATIVA PARA FINS MEDICINAIS. SALVO-CONDUTO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I. Caso em exame

1. Agravo regimental interposto contra decisão que não conheceu do habeas corpus, em razão da ausência de ilegalidade que justificasse a concessão da ordem de ofício. O pedido visava à concessão de salvo-conduto para que agentes policiais se abstivessem de atentar contra a liberdade de locomoção do paciente, em razão importação, do plantio e utilização da cannabis sativa para tratamento medicinal.

II. Questão em discussão

2. A questão em discussão consiste em saber se é possível a concessão de salvo-conduto para o cultivo de cannabis sativa para fins medicinais, sem a devida comprovação documental exigida, como autorização da ANVISA e laudo médico atualizado atualizados e laudo técnico sobre o cultivo.

III. Razões de decidir

3. A decisão agravada foi mantida por seus próprios fundamentos, considerando que a documentação apresentada pelo agravante estava desatualizada e insuficiente para comprovar a necessidade do tratamento e a capacidade técnica para o cultivo.

4. A ausência de autorização da ANVISA, laudo médico atualizado e laudo técnico de engenheiro agrônomo inviabiliza a concessão do salvo-conduto, conforme entendimento consolidado do Tribunal Superior.

IV. Dispositivo e tese

5. Agravo regimental desprovido.

Tese de julgamento: "1. A concessão de salvo-conduto para o cultivo de cannabis sativa para fins medicinais exige documentação idônea e atualizada, incluindo autorização da ANVISA e laudos médicos e técnicos. 2. A ausência de tais documentos inviabiliza a concessão do salvo-conduto."

Dispositivos relevantes citados: Não há dispositivos legais específicos citados. Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no HC 754.849/SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 07.05.2024; STJ, AgRg no RHC 198.124/SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 02.09.2024."

(AgRg no HC n. 948.863/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 26/3/2025, DJEN de 8/4/2025.)

Destarte, neste agravo regimental, não se aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão ora agravada, devendo ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Nesse sentido:

“O agravo regimental não apresenta argumentos novos ou capazes de infirmar os fundamentos da decisão agravada, que se encontra em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior.”(AgRg no AREsp n. 3.064.347/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 16/12/2025, DJEN de 24/12/2025.)

“Ausentes fatos novos ou teses jurídicas diversas, aplica-se a orientação de que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de manutenção da decisão pelos próprios fundamentos.”(AgRg no HC n. 1.032.833/RJ, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/12/2025, DJEN de 23/12/2025.)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

AgRg no HC 1.082.232 / MG
PROCESSO ELETRÔNICO
MATÉRIA CRIMINAL

Número Registro: 2026/0102796-6

Número de Origem:
60015180620264060000

Sessão Virtual de 28/05/2026 a 03/06/2026

Relator do AgRg

Exmo. Sr. Ministro MESSOD AZULAY NETO

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. MÁRIO FERREIRA LEITE

Secretário

Me. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : RUBEN PEREIRA SOARES NETO

ADVOGADO : RUBEN PEREIRA SOARES NETO - RJ261967

IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO

PACIENTE : JOAQUIM JOSE RODRIGUES NETO

ASSUNTO : DIREITO PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - HABEAS CORPUS -
PREVENTIVO

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : JOAQUIM JOSE RODRIGUES NETO

ADVOGADO : RUBEN PEREIRA SOARES NETO - RJ261967

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6A REGIAO

TERMO

A QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 28/05/2026 a 03/06/2026, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Maria Marluce Caldas, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 03 de junho de 2026